



GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO TERRITORIAL NO LITORAL PARANAENSE

João Rafael Deron¹, Valdir Frigo Denardin², Alan Ripoll Alves³

Resumo: Desenvolver um território de forma mais sustentável demanda a superação de grandes desafios nos planos ambiental, social, cultural, econômico e, sobretudo, político-institucional. Desta forma, destaca-se a importância de se conhecer e interpretar a gestão territorial, principalmente quando esta é vista a partir da abordagem do desenvolvimento territorial, seus recursos e atores. Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas constatações sobre a governança territorial no litoral paranaense, que apresenta em sua história uma heterogeneidade ambiental e socioeconômica representativa. O presente estudo possui caráter essencialmente analítico-descritivo, exploratório e quali-quantitativo, fundamentado em coleta de dados a partir de entrevistas realizadas com atores locais. Observou-se que o Litoral do Paraná concentra uma diversidade de experiências, assim como obstáculos para alcançar um desenvolvimento territorial, considerando que o espaço por ele ocupado e a sua população estão distribuídos de forma desigual, com maior concentração demográfica e estimativa de crescimento sob esta natureza nos municípios praianos (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná), em contraste a dois municípios que ainda possuem população rural superior à urbana: Guaraqueçaba e Morretes. Conclui-se que se mostra fundamental discutir a organização e as políticas ligadas ao Litoral do Paraná de forma interligada, respeitando as variabilidades locais, tendo-se em vista que a governança territorial parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais.

Palavras-chave: Organizações públicas e comunitárias. Diálogo interinstitucional. Interpretação do território.

¹ Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente atua como Secretário Executivo na Universidade Federal do Paraná.

² Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Realizou doutorado sanduíche na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines e Pós-Doutorado no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces LADYSS (Université de Nanterre, França). Atualmente é Docente da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, e atua nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - PPGMADE/UFPR e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS/UFPR.

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, com co-tutela na Universidad de la República (Udelar), Uruguai. Atuou como pesquisador do Sustainability Research Centre (SRC/USC), Austrália, e pesquisador-convidado na Ruhr-Universität Bochum (RUB), Alemanha. Realizou pós-doutorado em Turismo (PPGTUR/UFPR), Sustentabilidade (SRC/USC, 2017) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). Atualmente é Docente da Universidade Federal do Paraná - Setor de Educação, e atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS/UFPR.

GOVERNANCE AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: A STUDY ABOUT TERRITORIAL MANAGEMENT AT THE COAST OF PARANÁ

Abstract: To develop a territory on a more sustainable way it is necessary to overcome some big challenges in the environmental, cultural, economic, and specially political-institutional contexts. Based on that, it becomes important to know and interpret the territorial management under the perspective of the territorial development as well as its resources and actors. This study aims to present some views about territorial government at the Coast of Paraná whose environmental and social-economic history is significantly heterogeneous. The research is essentially analytical-descriptive, exploratory, and quali-quantitative-based that has data collected by means of interviews with local actors. It was verified that the Coast of Paraná concentrates a diversity of experiences and obstacles to achieve a territorial development considering that its space and population are unequally distributed and the demographic density and expected growth are higher in the coastal municipalities of Guaratuba, Matinhos, and Pontal do Paraná than in the municipalities of Guaraqueçaba and Morretes, which have higher rural population in comparison to the urban one. It is concluded that it is fundamental to discuss the organisation and policies directly linked to the Coast of Paraná respecting its local differences and taking into account that the territorial governance comes from active citizens and groups in their regional institutions and organisations.

Keywords: Public and community organisations. Inter-institutional dialogue. Interpretation of territory.

1 INTRODUÇÃO

As relações intrínsecas entre as dimensões ambiental, social, cultural, econômica e, sobretudo, político-institucional fundamentam o conceito e as práticas de desenvolvimento sustentável que devem atender às necessidades atuais da humanidade, sem comprometer as condições de sobrevivência das gerações futuras.

Ao longo de sua história, o litoral paranaense passou por alguns ciclos econômicos, com períodos de prosperidade e depressão, e, apesar de ser a primeira região do Estado do Paraná a ser ocupada, continua sendo a última fronteira em direção ao desenvolvimento (ESTADES, 2003).

O Litoral do Paraná ocupa uma contínua área de Mata Atlântica, com diversas fisionomias vegetais, em grande parte florestais, caracterizadas no

âmbito do relevo da Serra do Mar e da Planície Litorânea, apresentando cerca de 80% do território protegidos por algum tipo de instrumento legal de preservação ambiental (TIEPOLO & DENARDIN, 2016). Sob influência de tais condições a Mata Atlântica se torna também um dos principais palcos de disputas na região, embora os conflitos distributivos, espaciais e territoriais se encontram assimetricamente relacionados aos diferentes atores que interagem na sua abrangência. Para eles, se por um lado a ação fiscalizadora da aplicação das leis se mostra mais severa contra indivíduos e pequenos coletivos, tais como moradores do entorno de uma Unidade de Conservação (UC), membros de comunidades tradicionais e pequenos agricultores, a mesma fiscalização pode se tornar mais branda quando se tratam de empreendimentos governamentais e privados, com tendências à flexibilização de normas e legislações nas mais diversas instâncias para atender aos interesses do mercado. Outra causa de pressão a essa proteção ambiental pode ser atrelada ao crescente aumento da população, estimada para 2017 em cerca de 291.687 habitantes nos sete municípios que compõem a região. Destes, três municípios – Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos – possuem índices de crescimento populacional bem acima da média estadual (MONTEIRO, 2016).

A partir desse cenário Tiepolo e Denardin (2016) chamam a atenção para as dinâmicas de desenvolvimento que surgem em tempo e espaço diferenciados com estratégias criadas e recriadas pelos atores sociais sob diferentes perspectivas de futuro e interações entre si. Para os autores os territórios se comunicam uns com os outros, estabelecendo diferentes níveis de relações com o ambiente e seus modos de vida. Diversas associações expressam em múltiplos fatores o comportamento ecológico particular de cada segmento social nessa fração da Mata Atlântica por meio de povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores artesanais, empresários da pesca, veranistas ou migrantes atuando em seus espaços rurais, urbanos, industriais ou em latifúndios antigos e recentes (BONAMIGO, 2006; DYSARZ, 2013).

Partindo desse pressuposto, falar ou propor alternativas de produção e/ou organização da agricultura familiar não somente no Litoral do Paraná, mas como em todo o meio rural do país se constitui em um desafio, principalmente

quando se leva em consideração as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento.

Na ótica do desenvolvimento, ressalta-se a significância de se interpretar o meio rural, algumas vezes preterido em relação ao contexto urbano em determinadas análises, como espaço de análise desta pesquisa. Nesse sentido, a abordagem territorial oferece uma perspectiva através dos diferentes atores locais, os quais devem ser convidados a pensar, decidir e agir sobre o seu próprio futuro, suas demandas, seus projetos e formas de gestão das iniciativas a serem seguidas (GIORDANO DELGADO et al., 2007).

Pensar o desenvolvimento territorial requer uma melhor compreensão das relações entre os atores e seus recursos. Compreender como os atores se correlacionam para dar sustentação aos processos de desenvolvimento nos territórios se faz necessário a um planejamento voltado a ações futuras.

Com relação aos estudos territoriais, ampara-se na afirmação de Pecqueur (2009, p. 82): “o que vale a pena ser destacado aqui é não só a importância quantitativa (em quantidade, em densidade, em volume etc.) desses modos de organização territorial, mas a ausência de estudos de um fenômeno que, por muito tempo, foi considerado insignificante pela teoria econômica e pelas análises do processo de globalização”.

Surge, dessa forma, o tema da governança territorial e seus elementos conceituais com referência a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais através de características e relações entre atores diversos, representando esferas estatais, empresariais e representantes da sociedade civil.

Destaca-se o papel do desenvolvimento rural associado à intensificação da participação social e a melhoria da governança territorial como uma forma de valorizar o meio rural e suas dinâmicas. Conseqüentemente, são necessários esforços para a ampliação do debate entre os diferentes proponentes, estudiosos e organizações rurais, sendo este o maior desafio atualmente entre aqueles que buscam concretizar ações em prol de produtores rurais.

Diante dessa temática e de uma concepção de território, deve-se levar em conta dois pilares elementares: i) os recursos (tangíveis e intangíveis)

presentes no meio rural do Litoral do Paraná; e ii) os atores participantes de relações de governança. O Litoral, mesmo com toda sua heterogeneidade, dispõe de poucos dados e pesquisas sobre a atuação e articulação de seus atores no universo rural, o qual apesar de não possuir uma tradição agrícola desempenha papel de considerável destaque no campo da exportação resultante do agronegócio, via Porto de Paranaguá, por meio do qual escoava volume significativo de grãos do país e uma das maiores do mundo (IBGE/IPARDES, 2017). Tais aspectos, entretanto, contribuem para o aumento da especulação sobre a realização de novos empreendimentos, inclusive portuários, aliados à implantação de infraestrutura, como vias de acesso e outros elementos.

Com base na história do Litoral, sua diversidade, seus potenciais e conflitos socioeconômicos, questiona-se se os atores locais desempenham seus papéis buscando o desenvolvimento territorial da região? O artigo tem por objetivo compreender as características institucionais e dos atores que contribuam para a organização ou promoção de ações de natureza pública, privada ou pública-privada em prol do desenvolvimento do meio rural do litoral paranaense.

Além dessa introdução, o texto apresenta 04 seções. A segunda apresenta uma breve explanação do referencial teórico, a terceira apresenta os aspectos metodológicos, na quarta parte são apresentados a análise dos resultados e a na quinta as conclusões, onde essas duas últimas partes procuram discutir a temática ligada à governança territorial no meio rural do litoral paranaense por meio do envolvimento dos atores locais.

2 O DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA TERRITORIAL

A abordagem territorial permite explicar as dinâmicas e os processos de desenvolvimento territorial. Compreender o território, seus recursos, tangíveis ou intangíveis, e os múltiplos atores que o compõem, os quais podem se encontrar sobrepostos em diversas relações, sejam elas culturais, econômicas ou políticas, pode ser o ponto de partida para pensar estratégias de desenvolvimento.

A abordagem do desenvolvimento territorial emerge com força por intermédio das mudanças climáticas, econômicas e políticas, uma vez que as dinâmicas territoriais se manifestam sob relações entre os atores e seus respectivos recursos. Neste sentido, entender como a articulação dos atores e a governança territorial podem dar sustentação e contribuir aos processos de desenvolvimento se mostra um objeto de pesquisa compatível à realidade contemporânea.

A governança territorial, segundo Dallabrida (2003, p. 80) pode ser entendida como "[...] o exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos" que tenham como objetivo "[...] diagnosticar a realidade, definir prioridades e planejar a implementação das ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados", visando "[...] a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, ao desenvolvimento de uma região ou território".

Dallabrida (2018) enfatiza, ainda, que o debate sobre o desenvolvimento a partir da ótica da descentralização requer estudos de governança territorial. Para o autor o processo de desenvolvimento que contemple a ótica da descentralização está introduzido na dinâmica territorial, fazendo parte do processo de planejamento e gestão que tem como propósito a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de recortes espaciais chamados de territórios ou regiões. Ou ainda, na perspectiva de Abramovay (2001, p. 168), "[...] o segredo do desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais".

A coordenação entre os atores, segundo Pecqueur (2009), pode coexistir de múltiplas formas, manifestando-se em função dos contextos produtivos e estando presente nas cidades e no meio rural, em países de economia mais avançada e em outros que não estejam nessa condição. Destaca, além disso, não somente a importância quantitativa dos modos de organização territorial, mas também a qualidade com que os mesmos se dão.

Leloup, Moyart e Pecqueur (2005), por seu turno, mencionam que a

governança territorial tem como objetivo compreender as mudanças organizacionais, levando em consideração questões econômicas e sociais, tanto formais como informais, fragmentando e diversificando atores, salvaguardando a dinâmica e as flexibilidades procuradas, garantindo o respeito pelos arranjos institucionais.

O propósito final dos processos de governança territorial é o desenvolvimento de um determinado território. Porém, o desenvolvimento de um território demanda mobilização coletiva, como afirma Pecqueur (2005):

Tal definição comporta, portanto, três afirmações que poderiam, cada uma, ser o objeto de longos desenvolvimentos. Em resumo, o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto; permanece uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas apropriadas possam estimular e mobilizar esses atores. Essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica e, portanto, inserida no tempo. (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Entendem Leloup, Moyart e Pecqueur (2005) que a construção do território, pelos atores, implica na necessidade de se criar estruturas de parcerias complexas entre atores, estruturas que são federadas em torno de um projeto territorial. Trata-se de traduzir a percepção e as práticas da concorrência em situações criativas de solidariedade, intercâmbios, acordos e o desenvolvimento de projetos conjuntos em um quadro de proximidade geográfica, bem como fronteiras organizacionais e parcerias territoriais.

De acordo com os autores, esta parceria envolve a colaboração de vários grupos de interesse (câmaras de comércio, empresas, associações profissionais, organizações de empregadores, sindicatos e sociedade civil) cujos objetivos, estratégias, temporalidades e espaços de referência podem ser diferentes, até contraditórios, mas que contribuem, cada um à sua maneira, para a promoção do desenvolvimento. As ações desses atores e instituições podem ser combinadas (troca de informações etc.) ou, pelo contrário, conduzidas isoladamente, prejudicando o processo de desenvolvimento.

O envolvimento dos atores, portanto, é de fundamental importância na transformação dos territórios, principalmente para se pensar novas possibilidades que não estejam amparadas apenas em soluções economicistas. A mobilização e participação dos atores nos processos de

desenvolvimento permite que outras dimensões do desenvolvimento, sociais, culturais, políticas e ambientais, sejam valorizadas ao decidir sobre o projeto de território almejado.

Por fim, Pecqueur (2005) faz uma síntese em que relaciona desenvolvimento territorial e governança, ao mencionar que o desenvolvimento territorial se caracteriza pelo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território e também como parte da ação conjunta, dispondo de uma consolidação de relações de cooperação, reciprocidade e confiança que devem ser promovidas especialmente pela proximidade geográfica e sociocultural. Percebe-se, portanto, em meio a essas reflexões, um imbricamento entre desenvolvimento territorial e práticas de governança.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo possui caráter essencialmente analítico-descritivo, exploratório e quali-quantitativo.

A pesquisa se desenvolveu basicamente em quatro fases:

1ª fase: o levantamento teórico foi realizado a partir de livros, artigos, dissertações, teses e outros tipos de documentos com aderência à temática. Do mesmo modo, a pesquisa documental se baseou em fontes primárias, ou seja, arquivos públicos, relatórios, atas de reuniões e outros recursos que tiveram uma conotação mais específica, ao passo que os dados secundários foram coletados em centros de pesquisa como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

2ª fase: Elaboração e aplicação de questionário dentro de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores, ligados ao meio rural do Litoral do Paraná. A etapa de entrevistas foi realizada como trabalho de campo com a intenção de coletar dados objetivos e subjetivos. O percurso desta etapa contou com a participação de atores que estão ligados a entidades públicas, privadas e mistas (público-privadas) que tenham alguma participação junto ao

meio rural do Litoral do Paraná. Foram realizadas dez entrevistas durante o ano de 2017 com: chefes, coordenadores, técnicos, produtores e presidentes de associações ou conselhos de âmbito local ou regional. Como no Litoral do Paraná os atores entrevistados têm relações muito próximas, sejam elas de trabalho sejam pessoais, essa pesquisa não menciona quem foram os entrevistados de cada segmento, limitando-se apenas a citar as seguintes entidades participantes: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Prefeitura Municipal de Guaratuba; Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba; Prefeitura Municipal de Paranaguá; Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense (CORDRAP) e Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá (APRUMPAR);

3ª fase: A análise e o processamento dos dados coletados das entrevistas semiestruturadas foram realizados através de análise de conteúdo, assentando-se em fragmentos das entrevistas, que foram utilizados em alguns momentos, como discurso dos atores, e em outros, como dados na análise que representam os discursos dos atores; e

4ª fase: Formulação dos resultados e discussão das informações obtidas. Esta fase foi realizada com base nos relatos e na interpretação dos resultados das entrevistas, no acumulado durante a revisão de literatura e no que foi percebido e constatado em campo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Julga-se aqui pertinente entender as relações e ações incidentes sobre o meio rural no Litoral do Paraná, via governança territorial, como exercício do poder e da autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo processos com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, assim, dinamizar as potencialidades e superar os desafios presentes no território.

Para Ferrão (2013) reconhecer a importância da evolução desta escala

geográfica de regulação, o território, suscita a necessidade de explicar quem deve fazer o quê, isto é, quem são os atores-chave e que papéis, poderes e responsabilidades lhes cabe no processo de desenvolvimento.

O presente artigo procura aprofundar a compreensão sobre as características institucionais e os atores que contribuem para a organização ou promoção de ações de natureza pública, privada ou público-privada participantes do desenvolvimento do meio rural do litoral paranaense.

4.1 CONTEXTUALIZANDO O RURAL NO LITORAL PARANAENSE

Conforme mencionado por Sampaio (2011), o Litoral do Paraná retrata uma vasta diversidade de experiências e que essa região permite, diante das suas potencialidades, conciliar desenvolvimento e conservação ambiental a partir de alguns caminhos intrínsecos, alicerçados em teorias e associações entre sistemas sociais e ecológicos, nos quais a população possa interagir com a natureza e na sua própria organização.

Os municípios do litoral paranaense são, em sua maior parte, enunciados como urbanos, sendo que cerca de 90% da população se localiza em áreas urbanas, embora dois municípios apresentem população rural maior do que a urbana, Guaraqueçaba, com aproximadamente 65% de sua população residindo no meio rural, e Morretes, com 54%. Os outros cinco municípios da região estão acima da média nacional no que se refere à presença de uma população urbana em meio ao total.

Levando-se em consideração os dados absolutos do aumento expressivo das populações em áreas urbanas nos municípios, que chega a índices de crescimento de 91% no período de 1970 a 2010, como é o caso de Guaraqueçaba, que contém o maior percentual de população residente em área rural, embora a redução desta tenha se mostrado muito significativa entre 1991 e 2010. Em outros municípios, como Guaratuba, o crescimento da população urbana chegou a aproximadamente 52,30%, Matinhos a 36,14%, Morretes a 35,80%, Antonina a 21,52%, Paranaguá a 15,43% e em Pontal do Paraná, um dos municípios mais recentes do estado, o índice de crescimento da população de área urbana chegou a 0,36% aproximadamente (IPARDES,

2017).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Litoral do Paraná apresentava 2.298 estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área total de em torno de 77.246 ha, sendo que os municípios com maior número de estabelecimentos eram Morretes, com 687, Guaraqueçaba, 539, e Guaratuba, 392.

O Valor Bruto da Produção Rural (VBP) do Estado do Paraná foi de cerca de R\$ 88,83 bilhões, de acordo com levantamento realizado pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (PARANÁ, 2017), em 2016. Este valor representa um crescimento real de cerca de 1,7% em relação a 2015. No Litoral do Paraná, o VBP apresentou um aumento superior à média do estado, tendo crescido aproximadamente 31%, passando de R\$ 226,73 milhões em 2015 para R\$ 296,50 milhões em 2016. No entanto, se comparado ao VBP estadual, a região do Litoral contribuiu com apenas 0,33% (PARANÁ, 2017).

A partir das informações disponibilizadas pelo VBP podem ser evidenciados os principais produtos presentes no meio rural do litoral paranaense, a citar: pescado marinho (53%), camarão (37%), banana (24%), palmito (16%), chuchu (17%) e mandioca (11%) (PARANÁ, 2017).

Um fator importante a ser destacado ao se listar os cinco produtos mais significativos em cada município é a presença de frutas, verduras e pescados. Essa matriz produtiva se diferencia significativamente da estadual, em que os cinco principais produtos em 2016 foram: soja (22%), frango de corte (17%), milho (8%), leite bovino (7%) e suínos de corte (4%) (PARANÁ, 2017).

Portanto, a partir da análise dos dados gerados pelo Departamento de Economia Rural/Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (DERAL/SEAB) pode se apontar que o litoral paranaense possui algumas particularidades em contraste ao restante do estado, o que pode servir de subsídio à execução de estudos futuros.

Com base na história e relevância presente do Litoral do Paraná, questiona-se se há ações ligadas ao meio rural, assim como articulação entre os atores locais nele envolvidos, no intuito de se favorecer o desenvolvimento territorial da região por intermédio de entidades públicas, privadas e público-

privadas que apresentem cooperação e/ou parceria.

Desse modo, este estudo buscou identificar quais ações, projetos ou programas eram desenvolvidos junto ao meio rural da região em análise, bem como determinar se os mesmos promoviam cooperação e/ou parceria, sejam elas formais ou informais, entre si e com os principais órgãos gestores.

4.2 AÇÕES NOS ESPAÇOS RURAIS DO LITORAL DO PARANÁ

Na concepção de Dallabrida (2007), a dinâmica territorial diz respeito ao conjunto das ações que são desenvolvidas ou empreendidas por atores nos territórios. Segundo ele, o desenvolvimento tem uma relação direta com as dinâmicas sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas dos territórios, e as ações podem ser passivas ou ativas, dependendo dos seus interesses.

Foram identificadas 22 ações que contribuíam para o desenvolvimento territorial, sendo as mais citadas: o Projeto Microbacias, Projeto Agroindústrias, Plantio de Palmáceas, Pesca e Maricultura, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sobrepueram-se aos demais os projetos Microbacias e Agroindústrias, citados cinco e quatro vezes, respectivamente, pelos entrevistados. Esta menção mais expressiva se deve ao fato de estes projetos corresponderem a duas das principais ações realizadas pelo Governo do Estado do Paraná na região, como demonstra o relato sobre o Projeto Agroindústrias, feito pelo Entrevistado 1: “[...] a gente delimitou mais ou menos um projeto estratégico para se trabalhar; seria da agroindústria familiar, da agricultura familiar”.

Os resultados da pesquisa apresentaram um panorama das ações identificadas, pontos positivos e dificuldades enfrentadas pelos atores no desenvolvimento de ações no meio rural.

Referente aos pontos positivos observados têm-se:

i) em alguns projetos, como o agroindústrias, há uma participação e ação estratégica que é desenvolvida por um grupo maior de atores, ficando também evidenciado que a maioria das ações têm entrecruzamentos de atores de diferentes esferas, porém, observou-se que o maior número de ações partiu

das esferas públicas, como a EMATER, a SEAB e as prefeituras através de suas secretarias.

ii) a maioria das ações desenvolvidas têm proporcionado melhoria na qualidade de vida da população local, com destaque ao PNAE, PAA, Agroindústrias e o PRONAF como instrumento de crédito, tendo auxiliado em um avanço não somente no fator econômico, conforme relato do Entrevistado 5, que é produtor rural: *[...] você vê as pessoas melhorando, fazendo a casa, melhorando a casa, vai melhorando o sítio, por mais que é sofrido, mas ajuda; e o pessoal conta muito com esse projeto das escolas, mas não está muito fácil, pois eles estão cada vez mais exigindo o beneficiamento; e*

iii) há tentativa de alguns atores em fortalecer os vínculos e a participação nos conselhos e ações no território, como é o exemplo do CORDRAP, formado por diversos atores ligados ao meio rural, pesqueiro e do artesanato do Litoral do Paraná, assim como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), órgão consultivo criado pelo Poder Legislativo Municipal, sendo relacionado ao processo geral de desenvolvimento do meio rural e responsável pela coordenação da elaboração dos planos, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações programadas e executadas no meio rural, devendo ter uma participação efetiva dos produtores e da sociedade.

Em relação às dificuldades, os entrevistados mencionaram:

a) a reduzida participação intra e interinstitucional, bem como dos demais agentes que atuam nos espaços rurais considerados;

b) falta de comprometimento desses agentes envolvidos;

c) a escassez de recursos para a realização de reuniões ou capacitações dentro dos conselhos; e

d) o baixo planejamento a longo prazo no âmbito das ações organizadas pelos atores, visando uma maior cooperação para o Desenvolvimento Territorial.

Notou-se, segundo os relatos, que a baixa participação da sociedade civil, poderia estar ligada a barreiras impostas por atores públicos, que estariam utilizando suas instituições para restringir a atuação da primeira. Conforme o Entrevistado 7, *[...] falta apoio (a participação) das prefeituras. Não adianta*

nada só o Governo do Estado, só a instituição X, só a instituição Y, se as prefeituras não derem apoio, se não tiver uma estrutura mínima para ajudar no apoio ao meio rural (...)”.

Outro fator que interfere na baixa participação dos atores no contexto das discussões territoriais locais estaria relacionado à escassa capacidade de alguns atores, principalmente da esfera pública, de não se reconhecerem como parte das ações desenvolvidas em conjunto, fato este que poderia contribuir com maior densidade nas ações em desenvolvimento ou em iniciativas futuras no espaço considerado pela pesquisa.

Ao se basear nas observações e resultados obtidos neste estudo, constatou-se que existem ações que procuram fomentar iniciativas de desenvolvimento no meio rural do Litoral do Paraná e que buscam estimular uma maior cooperação entre atores locais em torno de propósitos e atividades comuns.

Outro aspecto negativo apontado foi a propensão de alguns participantes ou de certas organizações se apropriarem da representação ou de parte das ações desenvolvidas, sejam elas em associação sejam em conselhos, de acordo com o que se observa através do discurso do Entrevistado 4: “ *Há uma tendência que em poucos anos vai se criando um dono daquilo; ele que sabe; ele que cuida; temos muita dificuldade por essa cultura de espera do provedor, quase não há iniciativas de participação devido a isso*”. Essa fragilidade observada na relação entre os atores leva Dallabrida et al. (2013) a evidenciar essa situação como um desafio que trata da necessidade de um diálogo mais aberto entre governo e sociedade local. Para o autor isso seria um resultado da prática política de clientelismo, caudilhismo, coronelismo, ou ainda de fisiologismo político; aponta ainda que essas práticas viciadas de fazer política comprometem o exercício da democracia.

Logo, quando se fala a partir de uma escala local, pode-se pensar que o envolvimento da sociedade civil esteja mais predisposto ao enfrentamento dos problemas, embora esta não seja uma prática recorrente quando os protagonistas são produtores rurais. Nota-se que se fazem necessários movimentos a favor da informação e do engajamento desses produtores. O acesso à informação qualificada e aos espaços de discussão devem ser

fomentados, a fim de conscientizar e estimular os sujeitos sobre a importância de sua mobilização.

4.3 PARTICIPAÇÃO DOS ATORES NO ESPAÇO RURAL

A participação dos atores nas ações foi relevante em termos numéricos, no entanto, percebe-se certo desconforto ou dificuldade em relação à uma efetiva articulação entre os atores, mesmo existindo instâncias pensadas para promover a integração, como é o caso dos conselhos, sendo relatados que muitos atores apenas ocupam o espaço porque a cadeira está na composição do conselho.

Dentre os principais atores levantados por meio das entrevistas cita-se: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, Anda Brasil, Associação de Produtores Rurais do Município de Paranaguá - APRUMPAR, Colônias de Pescadores dos Municípios do Litoral, CORDRAP, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, EMATER, Governo Federal, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, Instituto de Terras, Cartografias e Geociências – ITCG, Motirão Sociedade Cooperativa, Prefeituras do Litoral, produtores em geral, SEAB, Secretaria Estadual de Educação - SEED, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Social do Comércio - SESC, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade Federal do Paraná – UFPR.

A esfera estadual se apresenta como a maior fomentadora das ações executadas nesse espaço. A esfera municipal, através das prefeituras, secretarias e representantes políticos, aparece como coadjuvante nesse processo, por atuar muito em função das ações promovidas por outras instâncias, tendo elas limitadas iniciativas próprias, em especial no que tange ao território.

A esfera federal atua mais no sentido Top-Down. Este mecanismo se dá por meio de ações de financiamento ou do tipo estruturante, as quais acabam

dificultando o envolvimento mais direto e efetivo dos diferentes segmentos das comunidades locais, pois, em geral, referem-se a um nível de abrangência territorial muito amplo.

A esfera privada tem pouca atuação no meio rural. Não se identificou via entrevistas proposição de ações em abrangência territorial por parte dos atores privados, o que não descarta, contudo, que possam existir ações individuais ou em caráter municipal.

Outro segmento que se considera como um dos mais importantes é o dos espaços mistos ou público-privados, como conselhos municipais ou regionais, associações ou outros tipos de organizações formais ou informais, que ainda possuem uma atuação bastante limitada no Litoral do Paraná, a exemplo do CORDRAP e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT.

Ressalta-se a falta de interesse ou compromisso de atores ligados às esferas públicas, situação descrita pelos entrevistados como cada vez mais presente. O fato de as instituições não estarem, de acordo com eles, cumprindo seus papéis, é expresso sob a forma de problemas de articulação, além de falta de compromisso e/ou desinteresse na construção de uma agenda coletiva possível de ser executada. Essa carência de uma participação mais efetiva dos atores, por intermédio de projetos ou conselhos na região, fragiliza propostas que permitem atender iniciativas de desenvolvimento do território. Em meio às colocações dos entrevistados, ainda se pode identificar a falta de estrutura e financiamento como promotores desse cenário vulnerável.

Percebeu-se que os atores locais estão cientes da necessidade de ampliarem sua participação nos processos de desenvolvimento do território, porém, revelavam a existência de dificuldades para alcançarem esse objetivo. Mesmo que a participação da sociedade civil seja estimulada, os conselhos são conduzidos pela participação de atores públicos, os quais são necessários para a consolidação de ações, mas que por outro lado tendem a controlar e direcionar as decisões desses espaços.

Fica explícito que a maioria dos esforços de integração entre atores dos âmbitos públicos e não públicos ainda é insuficiente, mesmo se acreditando que este seja um processo em construção.

4.4 COOPERAÇÃO ENTRE ATORES

Revela-se importante a cooperação e o envolvimento de todos os atores, principalmente na tentativa de se criar uma agenda pautada por objetivos que interessem a todos. Este tipo de estratégia composta por pactos socioterritoriais pode contribuir para otimizar os esforços entre os agentes e alavancar o desenvolvimento no meio rural do litoral paranaense.

Ao se referir ao desenvolvimento sustentável, Abramovay (2010) menciona que várias estratégias podem ser encontradas em políticas governamentais ou em práticas propostas por instituições públicas, privadas e sociedade civil. No entanto, o autor indica que para alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário um horizonte estratégico entre os atores e o seu envolvimento, tendo como foco a cooperação.

Conquanto exista o relato de um quadro de participação apontando vários atores, não há como concluir que existem relações de confiança e cooperação. Os atores estão presentes, mas podem não participar ativamente.

Observa-se que há interações em algumas ações ligadas, por exemplo, ao Projeto Agroindústrias no Litoral do Paraná. Percebe-se certo entusiasmo por parte de alguns atores ao desenvolvimento desse projeto, que procura dar suporte a iniciativas agroindustriais já presentes no espaço rural. Conforme os relatos dos entrevistados, a gestão desse projeto procura se basear em uma participação mais ampla, de maneira cooperativa. O Entrevistado 1, por exemplo, manifesta em sua fala a ocorrência dessa participação através de diferentes atores no planejamento do projeto. Para ele esses atores de distintas esferas estabelecem uma condição pertinente ao gerenciamento de vários interesses, de forma colaborativa: *[...] essas entidades que estavam lá estavam fechando essa proposta do planejamento estratégico com todos os parceiros, com todos os atores. Essas pessoas vão estar junto no projeto, pra não ter uma mão só, para todos ajudarem, mas com a coordenação toda do Governo do Estado do Paraná, pela SEAB que vai coordenar.*

Contata-se que as ações no meio rural do litoral paranaense são pautadas principalmente em acordos ou parcerias. Com relação a este aspecto em específico, foi observada relativa dicotomia, pois alguns entrevistados

relataram que os acordos eram realizados formalmente na maioria das vezes, enquanto para outros a grande parte dos acordos eram promovidos de maneira informal. Conjugando-se as informações como um todo, percebeu-se que a falta de acordos formais poderia até ocasionar dificuldades, mas que esta situação, na maioria das vezes, não se tornaria um impeditivo à realização de determinadas ações.

Uma das causas que pode ser apontada para a existência da participação informal dos atores nas ações realizadas corresponde aos empecilhos gerados pelo excesso de exigências dos órgãos públicos participantes, por exemplo, o estabelecimento de convênios. Mesmo diante dessa ressalva, observa-se que a EMATER é um dos principais atores que estimula a participação ou tenta oportunizar esses pactos socioterritoriais, conforme se pode identificar no relato do Entrevistado 2, que não é da esfera pública: *“elas (cooperações) são mais estabelecidas através da EMATER; eles conhecem todos os produtores e todas as instituições; eles sabem aonde dá pra aplicar os projetos”*.

Nesse sentido, verifica-se que há compreensão de que as relações podem ser significativas, não somente aquelas dispostas pelo formalismo, mas também através da relação de confiança e reciprocidade.

Por fim, acredita-se que o real engajamento dos atores só ocorrerá a partir de um projeto que fomente recursos e consiga a mobilização dos mesmos, bem como dos representantes públicos locais.

4.5 CONFLITOS ENTRE OS ATORES PRESENTES NO TERRITÓRIO

A proximidade entre os principais atores que atuam no meio rural do litoral paranaense dificulta a percepção dos conflitos.

Todavia, por meio das informações coletadas nas entrevistas foi possível observar três situações inerentes aos conflitos: i) conflitos internos; ii) conflitos externos relacionados à atuação ou não, e iii) conflitos socioambientais. Resumidamente, os conflitos internos dizem respeito à falta de compromisso na atuação integrada das instituições, condição normalmente substituída por projetos individuais. Os conflitos externos dizem respeito

principalmente à carência de atuação ou comprometimento de algumas instituições, geralmente quando as ações são encabeçadas por outras instituições ou sobre a função ou atribuição da instituição, especialmente ligadas à fiscalização e também intervenção político-partidária nas ações. Já os conflitos socioambientais geralmente estão comunicados ao estabelecimento de áreas protegidas, restritas ao uso, à ocupação humana e à fiscalização.

A pouca ou baixa participação ativa aparece como um dos fatores que mais provoca dificuldades para o desenvolvimento de ações em conjunto. Percebe-se que há relação de disputa de poder entre os atores, principalmente os públicos, assim como a ocorrência de atores que atuam de forma passiva dentro do território. Outro ponto que merece destaque é a dificuldade na relação das instituições por não se apropriarem e não se sentirem co-responsáveis por projetos propostos por outros atores, ou seja, fazer-se presente, mas sem uma real participação. Isto acaba por criar um vazio institucional, pois em pouco tempo esses atores que não são ativos se distanciam e deixam outros atores isolados.

4.6 IDENTIDADE E PERTENCIMENTO AO CONTEXTO LOCAL

Na visão de Flores (2006), o território construído é um espaço de relações sociais, no qual existe um sentimento de pertencimento por parte dos atores com respeito à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva local, em que se criam laços de solidariedade. Em uma mesma direção, Pollice (2010) afirma que a identidade e o sentido de pertença representam exemplos emblemáticos da interação virtuosa entre identidade territorial e desenvolvimento local. Ainda para este autor, o sentido de pertencimento constitui, de fato, um cimento do sistema econômico-territorial e incentiva nos atores locais as relações transacionais e colaborativas no âmbito local.

Desta maneira, evidenciou-se neste estudo que existem projetos que contribuíram para a manutenção da identidade e do pertencimento ao meio rural do Litoral do Paraná, como foi o caso do Projeto Agroindústrias e dos programas PNAE e PAA.

Essas iniciativas atuam na valorização dos produtos locais e, conseqüentemente, do produtor, o que fortalece sua proximidade ao território. Algumas dessas ações foram apontadas como uma contribuição para que as pessoas criassem ou fortificassem uma identidade com o meio rural, contribuindo para que atividades produtoras não deixassem de existir. Os entrevistados que colaboraram para esta pesquisa se mostraram esperançosos em afirmar que ações voltadas ao meio rural poderiam estimular a manutenção da população mais jovem na região.

Há de se destacar também que os projetos citados podem garantir apoio a organizações associativas e a empreendimentos de beneficiamento e processamento de vários outros produtos gerados pelas agroindústrias do Litoral do Paraná. Siqueira (2016) identificou em sua pesquisa nas comunidades do entorno da PR-508 (Rodovia Alexandra-Matinhos) 21 agroindústrias que produziam uma grande variedade de produtos, sendo que a maior parte delas se dedicava à produção de mais de um tipo de produto.

Ao buscarem a diversificação da produção, os produtores alternam os produtos de suas agroindústrias conforme a sazonalidade da matéria-prima, do consumo, oportunidades de mercado ou novas exigências dos canais de comercialização, permitindo com que os mesmos sejam comercializados principalmente em feiras e nos programas de compra governamentais, a exemplo do PNAE.

Com base no parecer dos entrevistados, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contribuiu para que as ações que eram desenvolvidas tivessem sofrido drástica diminuição na articulação no entorno dos projetos que contribuíram para valorizar a identidade dos territórios. Ainda sobre as ações governamentais, os relatos reforçam que estas normalmente não são concebidas levando em consideração as especificidades regionais e que, ao chegar a nível territorial, acabam sendo inadequadamente adaptadas.

Os projetos que em suas dinâmicas buscam por alternativas embasadas em realidades e dificuldades locais, trazendo com eles a história, a cultura, a política e o contexto social do território em questão, podem encontrar maior compatibilidade tanto com o litoral paranaense quanto com outros universos considerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação deve ser tratada como um instrumento significativo para promover a articulação dos atores e fortalecer o território através da gestão compartilhada. Contudo, acredita-se que somente a participação pela participação, sem uma efetividade, não pode ser entendida como um procedimento eficaz na promoção de soluções voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável no meio rural do litoral paranaense.

Ao se basear nas observações e nos resultados obtidos neste estudo, constatou-se que existem ações que procuram fomentar iniciativas de desenvolvimento no *locus* analisado e buscam estimular uma maior cooperação entre atores locais em torno de propósitos e atividades comuns.

Fica visível que a implementação de estratégias de desenvolvimento consistentes venham a exigir esforços árduos e coletivos para a concretização de ações voltadas à superação de problemas e à consolidação de um projeto territorial harmônico, moldado às características locais e flexível às condições mutáveis do meio rural em que se encontra inserido.

Diretamente ligadas à governança territorial, as observações levantadas revelaram a existência de fragilidade nos processos de planejamento e gestão das dinâmicas do meio rural do Litoral do Paraná, resultante principalmente de uma escassa atuação individual, limitada comunicação entre os atores e baixa participação conjunta destes no cenário do qual fazem parte.

Em complementação, enfatiza-se que os discursos dos entrevistados e, conseqüentemente, a discussão fundamentada nos mesmos foram direcionados à existência de uma governança voltada a funções administrativas, econômicas ou institucionais em detrimento de uma proposta de modificação do quadro sociopolítico predominante e uma participação mais integrada entre os atores, o que sugere de certo modo a dificuldade existente para a integração desses componentes, bem como a aplicação de esforços que justificassem uma mudança de paradigma efetiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G. et. al. (Orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; Edsup, 2001. p. 165-177.

_____. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos** CEBRAP, v. 87, p. 97-113, 2010.
<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>> Acesso em: 10 de novembro de 2017.

BONAMIGO, Z. M. **A economia dos Mbya-Guaranis**: trocas entre homens e entre deuses e homens na Ilha da Cotinga em Paranaguá-PR. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. GOVERNANÇA TERRITORIAL: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n.Nº 2, p. 73-97, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75210205.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (20). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>> [ISSN: 1138-9788] Acesso em: 15 de setembro de 2018.

_____. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L 2º, p. 304-328, 2015. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

_____. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. 1ª. ed. São Paulo: LiberArs, 2016. v. 1. 101p

_____. Descentralização, Governança e Desenvolvimento Territorial: uma abordagem autobiográfica. In: Sandro Luiz Bazzanella. (Org.). **Estado, crise política, econômica e perspectivas de desenvolvimento**.. 1ª ed. São Paulo: Editora LiberArs, 2018, v. 1, p. 251-265.

DYSARZ, C. M. **Os suíços de Superagui**: colonização e imigração no Paraná do século XIX. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FERRÃO, J. Governança, Governo e Ordenamento do Território em Contextos Metropolitanos. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G.; SILVA, A. C. P. (Org.). **Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. p. 257-283, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/10853>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. RIMISP. 2006.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P.; BONNAL, P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores locais**. OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007. 72 p.

IBGE/IPARDES. **Indicadores econômicos**. 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=1>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

IPARDES. **Base de Dados do Estado (BDEweb)**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>> . Acesso em: 27 de setembro. 2017.

LELOUP, F; MOYART, L; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale?, **Géographie, économie, société**, 2005. Vol. 7, p. 321-332. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2005-4-page-321.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

MONTEIRO, R. R. A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica, **Confins [Online]**, 27|2016, posto online no dia 28 Julho 2016, consultado o 07 Dezembro 2017. URL: <<http://confins.revues.org/10966>>; DOI: 10.4000/confins.10966

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – (SEAB)/ Departamento de Economia Rural (DERAL) **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=74>>. Acesso em 06 dezembro. 2017

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01/02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. In: Política e Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. v. 8, n° 14, 2009.

POLLICE, F.. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

SAMPAIO, C. A. C. Prefácio. In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. (Org.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: UFPR Litoral, 2011. p. 5-7.

SIQUEIRA, M. C. **Sistema agroalimentar localizado (SIAL) e as atividades de comunidades do encontro da PR - 508 (Rodovia Alexandra-Matinhos)**. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. **RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, p. 1-16, 2016. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1092>> Acesso em: 07 de dezembro de 2017.